

SACERDOTES E MARIDOS: IDENTIDADES E MEMÓRIA DO MOVIMENTO DE PADRES CASADOS NO BRASIL

Edlene Oliveira Silva

(Doutora em História pela UnB e professora da Faculdade de Educação da UnB)

edlene@unb.br

O matrimônio dos padres católicos sempre foi um assunto polêmico que suscitou/suscita acirrados debates, sobretudo no século XX. O tema atrai leitores de folhetins e jornais de circulação nacional e é retratado em livros, programas e novelas de televisão, o que demonstra o grande interesse do público pelo assunto. Para a Igreja, o celibato é o pilar identitário da tradição eclesiástica latina. Já para grande parte dos padres de todo o mundo, a castidade obrigatória é fonte de sérios conflitos e questionamentos sobre a relação direta entre abstinência e vocação sacerdotal.

Porque o celibato ainda é condição indispensável para a Igreja Católica Apostólica Romana? Eis uma pergunta comumente feita por sacerdotes casados ou não e mesmo pela sociedade laica. A resposta é simples e ao mesmo tempo complexa: entre a “batina e a aliança” se interpõe o celibato. O celibato eclesiástico é uma das mais controversas e debatidas normas disciplinares da ortodoxia da Igreja Católica, sobretudo nos dias atuais, haja visto o crescimento vertiginoso do número padres que quebraram e continuam quebrando este voto sacerdotal, seja para contrair o matrimônio ou vivenciarem práticas sexuais durante o exercício do sacerdócio – e aqui refiro-me a diferentes modalidades de relacionamentos consideradas ilícitas (com fiéis, freiras ou mulheres casadas), bem como aos casos de pedofilia e as relações homossexuais.

Minha pesquisa tem como interesse principal, a análise dos discursos e do imaginário de ex-sacerdotes católicos que integraram o Movimento de Padres Casados - MPC, um importante grupo de contestação ao celibato obrigatório, surgido no Brasil na segunda metade do século XX. Para este intento, foram realizadas entrevistas e aplicados questionários temáticos com os líderes do MPC. O *corpus* documental do trabalho integra ainda boletins informativos do Movimento, Anais de Congressos Nacionais de Padres Casados e matérias sobre o matrimônio de padres divulgadas na Imprensa em geral. Neste sentido, a Teoria das Representações Sociais, a Análise do

Discurso e a História Oral serviram de norte teórico-metodológico para realização do trabalho que se centrou nas confluências e divergências entre os discursos dos padres egressos e de representantes oficiais da Igreja, buscando ainda as razões pelas quais os entrevistados construíram suas percepções sobre o exercício do sacerdócio no passado e no presente. Assim, a partir de um mesmo tema (o celibato eclesiástico), o lugar de fala do indivíduo (padre egresso) se confronta com o discurso institucional, dialogando tanto com as idéias da Igreja quanto do ideário coletivo do próprio MPC, estipulando espaços de atuação onde a memória é evocada como expressão de identidade e autoridade.

Investigar como o celibato foi instituído e reforçado pela ortodoxia católica ao longo dos séculos fez-se necessário para compreender os depoimentos dos padres egressos que, em sua grande maioria, tentam desconstruir a fundamentação teológica da obrigatoriedade da castidade sacerdotal, ao mesmo tempo em que (re) constroem sua própria história a partir dos seus interesses e visões de mundo.

O sacerdócio santificado

A primeira imposição ao celibato é muito antiga, ocorreu no Concílio de Elvira em 306, restrita à região da atual Espanha. Todavia, somente no I Concílio de Latrão (1123) foi que se estabeleceu uma resolução proibindo o casamento e o concubinato de padres para todo clero latino, não sem muitas resistências. Nos concílios tridentinos (1545-1563), o celibato obrigatório foi confirmado e reafirmado como regra inquebrantável, mesmo que, na prática, muitos padres continuassem a coabitar com mulheres e manter relações sexuais. Desde o século XII, essa interdição foi reiterada por inúmeros concílios subseqüentes, se mantendo intocável até a atualidade.

O catolicismo romano é a única das grandes tradições religiosas mundiais que mantém a exigência do voto de castidade para seus clérigos. Sacerdotes muçulmanos, judaicos e protestantes são orientados e mesmo estimulados a casar para melhor assumir suas funções religiosas perante a comunidade. Para o cristianismo ortodoxo e as vertentes orientais do catolicismo como os maronitas e ucranianos, o celibato é opcional, sendo exigido apenas para o alto clero.

A extensa permanência do celibato está intimamente ligada à formação dos primeiros grupos de padres casados¹ no Brasil e no mundo, objeto principal de minha pesquisa. O celibato tem sua origem, dentre outros motivos, na construção identitária do sacerdócio católico, ancorada nas representações castas da vida de Cristo e dos apóstolos. Estas imagens foram construídas a partir de análises teológicas das Sagradas Escrituras, realizadas por filósofos medievais como Santo Agostinho (354-430) (VAINFAS, 1986). Um marco importante para a consolidação da prática do celibato foi a chamada Reforma Gregoriana, compreendida como um extenso movimento de reformulação moral da cristandade ocorrido entre os séculos XI e XIII (BOLTON, 1986). Durante esse período, o ideal de pureza e castidade irá balizar o discurso de autoridade da hierarquia eclesiástica delimitando seus espaços de atuação perante os leigos e os representantes de outros segmentos religiosos aos quais era permitido a vivência matrimonial.²

A partir do movimento reformista gregoriano, a Igreja medieval preocupou-se mais atentamente com os temas do concubinato e do casamento dos clérigos. Os matrimônios de padres foram invalidados. As mulheres casadas com clérigos e as concubinas de clérigos foram consideradas adúlteras e prostitutas – elas se transformaram em um entrave para o projeto de controle social da Igreja, prejudicando o movimento reformador que, empenhado na purificação da Cristandade, pretendia santificar a conduta dos religiosos.

Como o alvorecer da modernidade, especialmente após o Concílio de Trento (1545-1563), há uma formalização do modelo de sacerdócio casto e santificado por meio da reforma disciplinar de seminários, mosteiros e institutos religiosos. Os pressupostos tridentinos são aprovados durante o período da Reforma Protestante, quando a Igreja precisou firmar sua identidade e a de seu clero diante da difusão das idéias luteranas e calvinistas que questionavam a estrutura moral, doutrinária e hierárquica da Santa Sé. Neste momento, percebe-se que o celibato será concebido

¹ “Padre casado” ou “egresso” são as duas formas mais comuns como os membros desses grupos se identificam. Essas terminologias serão adotadas no decorrer do livro para se referir aos sacerdotes que deixaram o ministério para se casar.

² A Reforma Gregoriana também regulamentou as condutas sexuais dos leigos que deveriam exercer sua sexualidade de forma restrita no âmbito consagrado do casamento.

como um importante símbolo de fortalecimento institucional, por caracterizar os sacerdotes católicos como os legítimos representantes da pureza e santidade de Cristo, únicos capazes de conduzir os fiéis à verdadeira salvação por meio da celebração indispensável dos sacramentos (em especial a eucaristia e a penitência).

Trento consolida a imagem santa do padre como agente religioso autorizado a consagrar a eucaristia, perdoar os pecados, instruir as consciências e assegurar um julgamento justo no momento da morte, livrando o homem comum das influências mundanas e infernais. Os sacerdotes de inspiração tridentina podem ser vistos como gestores dos chamados “bens de salvação” (BOURDIEU, 1998, p. 39), por serem portadores de instruções e treinamentos sobre os ritos religiosos - adquiridos por meio da consagração obtida no processo de ordenação - que os diferenciam dos leigos e demais membros da comunidade.

Foi ainda no Concílio de Trento que os sete ritos sacramentais da Igreja se consolidaram³, tornando o sacerdócio e o matrimônio caminhos definitivamente incompatíveis. Como ministro dos sacramentos e gestor da salvação, o padre jamais deveria se casar sob risco de incorrer em pena de excomunhão pelo crime de atentado contra o matrimônio. O padre casado também era considerado bigamo pelos regimentos inquisitoriais (MOTT, 1991, p.70), uma vez que, em termos teológicos, a ordenação sacerdotal estabelece um de vínculo esponsal entre o padre e a Igreja, uma espécie de casamento sem sexo.

Interessante perceber que a Reforma Protestante é entendida por muitos “padres casados” da atualidade como um dos principais fatores históricos que explicariam a manutenção da lei do celibato. Dentre as dezenas de entrevistas realizadas por esta pesquisa, destaca-se a fala do egresso Francisco Salastiel, que entende o reforço do celibato obrigatório como uma estratégia doutrinária da Igreja: a de enfatizar a castidade como signo distintivo entre o clero latino e os protestantes.

A Igreja latina utiliza o celibato obrigatório não só para se distinguir da Igreja oriental que dá abertura para que o sacerdote se case, mas, sobretudo, para se diferenciar da Igreja protestante. O protestantismo é que acirrou a necessidade da Igreja latina, que estava sendo confrontada e acusada de ter uma vida religiosa muito devassa, de reafirmar o celibato clerical obrigatório. O protestantismo acusava-os de não estar de acordo com o ideal de clérigo, com o ideal evangélico. Permitia o casamento de seus sacerdotes, pois

argumentava que o celibato não era evangélico e não estava nos ensinamentos do Senhor. A Igreja vai no Concílio de Trento, em diálogo com o protestantismo, colocar a formação de seminários para o celibato. Aí começa uma formação mais trancada, mais monacal. Coisa que não era antes. Essa história do celibato para mim é uma postura da Igreja para se confrontar com a realidade dos protestantes. A Igreja latina precisa se distinguir ao máximo dos protestantes e o celibato é uma dessas peças simbólicas que marcam a diferença, mesmo que muitos padres não sejam celibatários na realidade, pelo menos o aparato que está aí é de padres celibatários. Padres que não tem compromisso com esposas, nem filhos e estão só dedicados ao reino de Deus. (Entrevista, Brasília, 23/8/2007).

Ou seja, na relação intrínseca que se estabelece entre identidade e diferença o discurso de Salasiel detecta que a disparidade é que vem em primeiro lugar, não sendo o resultado de um processo, mas como “o processo mesmo pelo qual *tanto* a identidade *quanto* a diferença (compreendida aqui como resultado) são produzidas” (SILVA, 2000, p.76). Nesse sentido, os cânones aprovados em Trento, que instituíram a diferenciação entre Igreja Católica e Igreja Protestante, delinearão a identidade da Igreja moderna, forjada no contexto da Contra-Reforma. A partir da nova realidade que se impunha era preciso que a Igreja definisse sua posição e reafirmasse o que “ela não era”.

No entanto, se a instituição do celibato fortaleceu simbólica e hierarquicamente a Igreja durante a Idade Média e Moderna, a recusa do modelo celibatário será responsável pelo afastamento de milhares de sacerdotes do ministério no século XX. Um significativo êxodo sacerdotal ocorreu após o Concílio Vaticano II (1962-1965), o primeiro da história da Igreja a debater publicamente a questão do celibato.

A formação dos primeiros grupos de padres casados em diversos países após o Vaticano II é tema frequente nas entrevistas realizadas com os egressos, como na do ex-presidente do MPC brasileiro Armando Holichski:

O fato de haver padres casados na Igreja do Ocidente nos dias de hoje possui vários momentos interligados e ao mesmo tempo distinguíveis entre si. (...) Neste grupo de eventos, o Concílio Vaticano II colocou em cheque a visão que se tinha do bispo, dos padres e do diácono, construída a partir da teologia escolástica e, com especial ênfase, pelo Concílio de Trento. (Entrevista online, Guarapuava-PR, 30/05/2007)

A repercussão do debate realizado durante o Vaticano II levantou várias expectativas entre os clérigos que desejavam a abolição da obrigatoriedade da castidade sacerdotal (WALTER; WEITLAFF, 1970). Entretanto, ao final do Concílio, o celibato foi mantido pela Igreja, gerando uma série de frustrações e estimulando a incidência de

sacerdotes que resolveram se afastar a partir da década de 1960. Diante do crescimento gradativo do número de desligamentos, a Santa Sé não só manteve o celibato, como reprovou severamente os padres egressos ao publicar, em 1967, a *Encíclica Sacerdotalis Caelibatus*, inédita na História da Igreja por ser a primeira a tratar exclusivamente da castidade. Nesse documento, os padres não celibatários são representados de forma pejorativa a partir de fortes expressões de comiseração e desprezo. São vistos como desertores e sem vocação, como “aqueles infelizes”, “desgraçadamente infiéis às obrigações assumidas” que vivem em “deplorável situação”, causando escândalos e situações vergonhosas à Igreja. Responsabilizados por seu afastamento são acusados de se deixar levar pelas “fraquezas morais”, “a crise de fé” e a “recusa de viver dignamente o suave julgo de Cristo”.

Foi essa atitude do Vaticano que motivou “o padre casado” Ponciano Ribeiro, além de milhares de outros sacerdotes católicos em todo o mundo, a engrossarem as fileiras do fluxo migratório de clérigos entre 1967 e 1973. Mas segundo Ribeiro não foi apenas isso. O clima contestatório dos anos 60 também estimulou os questionamentos sobre o problema do celibato:

Acho que a coragem de abandonar o ministério tem a ver com o Vaticano II, mas também com os novos tempos: Paris 68, a questão da sexualidade e a abertura do mundo. Então acho que existia uma profunda insatisfação com o jeito da Igreja estar no mundo atualmente. Os movimentos de padres casados surgiram mais ou menos após o Vaticano II e acredito que estavam ligados a um inconsciente coletivo religioso que palpita no mundo inteiro de forma igual. (Entrevista, Brasília, 08/08/2007)

Apesar de não promover a revogação da lei do celibato, o Vaticano II estabeleceu mudanças na forma de tratar os padres que desejavam contrair matrimônio, o que resultou em uma “debandada” de sacerdotes da Igreja.

Antes de 1960 eram relativamente poucos os sacerdotes que deixavam o ministério, enfrentando não apenas o processo de excomunhão da Igreja, mas também a rejeição dos católicos e da sociedade. Mas com o Vaticano II e refletindo o espírito de “aggiornamento” ou abertura da Igreja para os problemas do homem, os papas João XXIII e Paulo VI, atendendo a solicitação de bispos de todo o mundo, começaram a conceder mais rapidamente as dispensas do voto de celibato, abolindo as penas de excomunhão e permitindo o casamento de padres dispensados, o que fez crescer em demasia o número de egressos. (Felisberto de Almeida, ex-líder do MPC, Entrevista, Brasília, 15/08/2007)

Jorge Ponciano Ribeiro também foi um dos coordenadores de uma pesquisa sobre o êxodo sacerdotal no Brasil, realizada no final dos anos 80 (1990, p. 32-79). A pesquisa apontou que 55% dos padres que deixaram o ministério assim fizeram pela discordância com a exigência do celibato. Um dado significativo também foi o de que cerca de 64% dos entrevistados continuariam exercendo o ministério eclesiástico se fosse abolida a exigência do celibato.

Estas informações corroboram a idéia de que os vínculos identitários do sacerdócio e do casamento incentivaram estes homens a se organizarem socialmente e formarem os primeiros grupos de padres casados. Tais movimentos foram criados pela necessidade de se debater questões comuns entre os egressos que, mesmo desligados formalmente da hierarquia eclesiástica, permaneceram vinculados pelos laços simbólicos e emocionais do caminho espiritual que escolheram.

Sacerdotes e Maridos: o surgimento do MPC

O Movimento de Padres Casados no Brasil foi estabelecido oficialmente em 1979, com o primeiro encontro nacional ocorrido na cidade de Volta Redonda- RJ. No entanto, diversos relatos de egressos apontam que existiam grupos dispersos antes dessa data, como o organizado em 1977 na cidade Curitiba-PR, que contou com a presença de 30 casais (João Basílio Schimitt, Entrevista, Brasília, 16/08/2007).

Segundo seus líderes, o MPC tinha pretensões bem informais quando foi criado, justificadas pela situação de opressão que muitos clérigos viveram, desgastados pela hierarquia rígida imposta pela Santa Sé. Todavia, a institucionalização gradativa fez-se necessária para obter resultados mais concretos e traçar planos de ação definidos. Em 1982, foi publicado o primeiro *Boletim Rumos*, principal meio de divulgação do MPC do Brasil até hoje. Essa publicação é um documento precioso e revelador sobre o MPC, por ser o primeiro periódico escrito por padres casados brasileiros direcionado ao público em geral e que tentou unificar o movimento em torno de uma federação de cunho nacional. Em 1986 houve a criação da *Associação Rumos*, representação jurídica do MPC. A necessidade dos padres casados de criarem um movimento para discutir e justificar o desligamento da Igreja denota o desejo de que a “passagem” do sacerdócio

ao matrimônio possa se tornar uma “união” de funções. Aqui reside um dos principais anseios que incentivou o surgimento de tal movimento: ter o direito de serem simultaneamente maridos e sacerdotes, pais de família e pastores de Cristo.

É certo que nem todos os participantes do MPC postulam o retorno ao sacerdócio em sua forma tradicional, como demonstra o discurso do sócio-fundador do Movimento no Brasil, Luís Guerreiro Cascais:

Eu, absolutamente, não acredito que a possibilidade de a Igreja nos aceitar de volta exista em curto prazo, mas mesmo se houvesse a possibilidade, eu não voltaria, pois na minha identidade, na minha crença, nas minhas verdades eu não me identifico com essa estrutura de Igreja que está aí (Entrevista, Brasília, 02/09/2007).

No entanto, existe um certo consenso em relação ao desejo de assumir atividades pastorais e litúrgicas dentro da Igreja, ainda que não sejam mais aceitos oficialmente no ministério. Apesar da existência de muitas vertentes de pensamento entre os grupos espalhados por vários países e opiniões divergentes entre os padres brasileiros, vamos nos centrar nas lutas internas ocorridas no MPC do Brasil pela fixação de um discurso oficial acerca do tema. Porém, sempre atentando para as diferenças no interior do movimento. Ao questionar a pluralidade de opiniões entre os líderes do MPC somos levados ao campo das complexidades que envolvem as construções identitárias. Stuart Hall comenta que estas “emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente construída.” (2000, p.109).

A despeito das fraturas internas, o MPC do Brasil passou a ser o porta-voz autorizado das reivindicações dos egressos, estabelecendo um canal de comunicação entre seus membros e construindo uma teia de representações e arquétipos a partir de suas relações com a Igreja e a sociedade em geral. Ainda que definido por seus líderes como um movimento de caráter pluralista, o MPC vai defender opiniões tradicionais que os aproximariam da moralidade exigida pela ortodoxia da Igreja.

A utilização do vocábulo ‘padre’ ao invés de ‘ex-padre’ na denominação oficial do grupo (Movimento de Padres Casados) reflete a importância do título clerical e da ordenação religiosa na vida desses homens. Jorge Ponciano Ribeiro explica o porquê da manutenção do vocábulo padre. Para ele, o movimento

(...) nasceu de um desespero. Nasceu para criarmos uma situação de retorno imediato ao exercício do ministério. Nos organizamos, pois achávamos que só assim poderíamos ser vistos e convencer a Igreja a reintegrar o padre casado. A institucionalização era o único jeito da gente “ter cara” diante da Igreja que teme as organizações e os organizados. Os padres do meu tempo eram padres de verdade. As décadas de 50-80 os padres que eram formados neste período, estavam profundamente inseridos num mundo sacral. Não podíamos entender a gente não sendo padre, nascemos nesta sacralidade e deixar de ser padre por causa de ter se casado era um choque para nós. Éramos homens de fé e era insuportável a idéia de ser padre e não estar padre (Entrevista, Brasília, 08/08/2007).

O egresso Raimundo Nonato, atualmente com 89 anos, afirma continuar a ter hoje a mesma vontade de servir à Igreja de quando entrou no seminário. “Eu lhe digo que se me chamassem hoje para voltar para a Igreja, eu bateria o pé igual a um soldado e diria ‘estou pronto’: porque a minha fé continuava inabalável e o meu amor a Igreja, ao Papa e ao bispo é inabalável”. (Entrevista, Brasília, em 17/08/2007). Para Nonato,

(...) sou padre, hoje, amanhã e sempre, segundo a obra de Melquisedec. “Tu és sacerdote para sempre”. A ordem é um sacramento eterno. Discordo veementemente daqueles que dizem que ser padre é uma função e que ao deixar o ministério se perde a função e se retorna ao estado laico. Ser padre não é um ofício. O sacerdócio está acima disso, pois é um sacramento. Eu sou ungido do senhor e não estou padre, eu sou padre eternamente e isto eu levarei até a morte e subirei ao Paraíso com esta marca sacerdotal. (Entrevista, Brasília, em 17/08/2007)

Padres ou ex-padres, o fato é que a maior parte dos que deixam de celebrar a missa não abandonam os ensinamentos do seminário e vivem como católicos praticantes. Frequentam a Igreja, ajudando nos trabalhos comunitários e afirmam a sua vocação. Além disso, geralmente colocam-se à disposição para auxiliar a instituição eclesial desde que essa permita que retomem alguma atividade ministerial.

O nome do movimento ainda permite inferir que a construção da identidade dos padres casados passa pela diferenciação que procuram marcar em relação a outros sacerdotes dissidentes, que não têm como ponto em comum a questão do matrimônio. A organização grupal evitaria o silenciamento dos padres casados, caso que parece ocorrer com os demais egressos.

Falar é, antes de tudo, deter o poder de falar ou ainda, o exercício do poder assegura o domínio da palavra: só os senhores podem falar. Extremos inertes cada um por si, poder e palavra não subsistem senão um ao outro, cada um deles é substância do outro e a permanência de sua dupla, se parece transcender a história, alimenta todavia seu movimento: há acontecimento histórico quando, abolido aquilo que os separa e assim os condena à

inexistência, poder e palavra se estabelecem no próprio ato do reencontro (CLASTRES apud MONTENEGRO, 1992, p. 41).

O MPC delimita os espaços de pertencimento dos padres casados distinguindo-os tanto dos sacerdotes tradicionais celibatários quanto dos demais clérigos afastados, como os padres que saíram da Igreja para viverem em concubinato (sem a oficialização do matrimônio) ou assumiram sua homossexualidade, escolhas rechaçadas tanto pela Igreja como por muitos membros do MPC. Isto faz sentido quando compreendemos que um dos objetivos do Movimento é o

(...) desdobramento do corpo eclesial da Igreja em padres casados e padres celibatários, incluindo a reativação do ministério presbiterial e episcopal dos ministros ordenados casados, interessados e disponíveis, bem como a ordenação presbiterial de pessoas casadas, com igual direito, deveres e poderes (Congresso Latino Americano de Padres Casados, 1990, p. 441).

Alegoricamente pode-se dizer que a angústia inicial dos membros do MPC expressa uma relação materno-filial conturbada. É o vínculo com o sacerdócio que os une em torno da Santa Madre Igreja e a recusa da condição celibatária que os separa desta mesma mãe ciumenta e autoritária. Eles desejam a permissão para se casar sem deixar de serem filhos zelosos e prestativos. A Igreja, portanto, continua a ser referencial identitário desses homens e a principal interlocutora de seus meios de divulgação.

Dessa forma, nas bases da tradição eclesiástica, a condição da vida matrimonial é representada como sinônimo de *status* e respeitabilidade, pois os religiosos que vivem sua sexualidade fora do casamento são vistos de uma maneira geral como transgressores e promíscuos. Segundo o padre casado Nonato Silva, uma das lideranças do MPC:

A farra dos padres terem mulheres fora do casamento acabou, ou pelo menos, diminuiu (...) porque hoje os padres têm coragem de se casar publicamente, sem escândalos e excomunhão. A população aceita o casamento de padre (...) prefere ver o padre casado ao vê-lo perfilar ilegalmente. Esta população não aceita o padre fazer uso do sexo fora do casamento (SILVA, 2000, p.3-5).

Ao quebrarem o voto de castidade, os clérigos assumem a condição de *outsider* em relação à Igreja, todavia, o casamento os recoloca no *establishment* (ELIAS, 2000) em relação aos que “largaram a batina” por outros motivos. Percebe-se aqui que a mensagem de pureza, presente nos rituais de consagração instituídos pela Igreja, continua permeando o imaginário desses clérigos, mesmo que conscientemente

afastados do ministério sacerdotal. “Deixar a batina” para casar-se significa descer do altar, enquanto padre, e ajoelhar-se perante ele, enquanto marido: passar do sacramento da ordem ao sacramento do matrimônio, sem romper totalmente com os ritos eclesiais. Significa também submeter suas práticas sexuais à normatização exigida pelo matrimônio religioso.

A Igreja começou a autorizar o casamento religioso dos padres que pedem e recebem a autorização oficial de dispensa, o chamado *rescrito*³, durante o Vaticano II, antes disso, os que abandonavam o sacerdócio para se casar eram simplesmente excomungados. A obtenção do *rescrito* é significativa, pois para grande parte dos padres casados não bastava a concretização do matrimônio laico, pois desejavam o consentimento e as bênçãos espirituais da instituição na qual foram formados e ainda se encontram ligados por laços de afetividade e de fé. Para muitos egressos, era essencial ter um enlace conjugal consagrado religiosamente.

(...) rejeitando a idéia de um casamento civil, que nos afastaria da Igreja pela excomunhão, não tínhamos esperança. Nessa época pensávamos que a ruptura com a Igreja romana equivaleria a uma ruptura com Deus, de tal modo estávamos intoxicados pelos ensinamentos oficiais e o medo de suas leis. Ora, para nós, por razão de fé, era primordial permanecer em comunhão com Deus (...) Que fazer, uma vez que o casamento religioso nos era interdito?(WALTER;WEITLAVFF,p.19).

O MPC e a Igreja: passado comum, desejos distintos

Em busca de reconhecimento e aceitação social, os membros do MPC vão travar intensos debates com representantes da Igreja, constantemente balizados pelo binômio tradicional/moderno. Utilizando-se de argumentos semelhantes - especialmente os registros de um passado comum consagrado pelas passagens das Sagradas Escrituras - o MPC e a Igreja vão construir seus argumentos a respeito do celibato clerical tentando valorar ou não sua legitimidade na sociedade contemporânea. Depoimentos sobre a vida

³ O *rescrito* é o documento emitido pelo Vaticano que autoriza o desligamento das funções sacerdotais, acarretando a dispensa do estado clerical. Ao requerer o documento, o sacerdote necessita alegar o motivo. Sem o *rescrito* não há possibilidade de obter qualquer permissão para contrair o matrimônio religioso.

conjugal, vocação religiosa e discriminação social dos padres casados aparecem quase sempre atrelados à questão da vigência da castidade, vista como símbolo de opressão para os egressos e de redenção e santidade para a Igreja.

Porém, em sua trajetória o MPC vai modificar alguns de seus objetivos iniciais, ainda centrados em reivindicar a revogação do celibato obrigatório e a reintegração a alguma forma de ministério. Os discursos expressos no *Boletim Rumos* e nas entrevistas realizadas informam que, ao longo do tempo, a postura originária do MPC se transforma e o retorno ao ministério passa a dividir opiniões. Percebe-se que a reintegração dos sacerdotes casados, principal preocupação do movimento, mesmo sem ser consenso, deixa de ter papel central nas reivindicações, se tornando uma questão secundária. talvez, esta mudança de foco esteja ligada à própria necessidade de se adaptar às novas realidades colocadas pelo presente. A irredutibilidade do Vaticano e as sucessivas frustrações em conseguir mudanças na lei do celibato fizeram com que o movimento estabelecesse novos horizontes de expectativas.

A partir da análise das entrevistas com líderes egressos, percebe-se ainda que os membros do Movimento atual estão mais preocupados em conservar um espaço de interlocução e debate, onde se reconhecem e são reconhecidos. O MPC é visto como um lugar de memória no qual podem se espelhar identitariamente. Seus membros parecem ser motivados por questões menos objetivas, ligados por vínculos afetuais de inclusão que caracterizam o que Michel Mafessolli denomina “comunidades emocionais” (1987, p.10). O autor argumenta que os vínculos de pertencimento desses grupos são mais subjetivos e estão entrelaçados à noção de tribo ou comunidade, as chamadas comunidades emocionais, onde a figura do indivíduo ou do líder dá lugar às aspirações coletivas: “a imagem do tribalismo em seu sentido estrito simboliza o reagrupamento dos membros de uma comunidade específica com o fim de lutar contra a adversidade que os rodeia” (1987, p.10). Nestas comunidades ocorreriam “dinâmicas tão importantes quanto o ‘sentimento de pertencimento’, ou seja, o reconhecimento mútuo (...) onde se favorece uma forma de solidariedade” calcada em vínculos mais sutis, ligados a uma espécie de sensibilidade coletiva na qual o pluralismo tem espaço para se expressar. No depoimento do egresso Luis Guerreiro Cascais percebe-se esta nova perspectiva:

Para os padres casados, o MPC tem criado solidariedade. Despertou idéias e tem sido um espaço de reflexão, onde cada um expõe, com liberdade, aquilo que crê e aquilo que pensa, sem receio de censuras ou de excomunhões. E esta é, para mim, uma das nossas maiores conquistas (Entrevista, Brasília, 02/09/2007).

É importante sublinhar que a percepção desses vínculos mais sutis se faz especialmente presente nos depoimentos orais, livre(s) do formalismo da linguagem escrita.

A principal característica da história oral não consiste no ineditismo de alguma informação, nem tampouco no preenchimento de lacunas de que ressentem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade (...) decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações sócio-culturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu. (ALBERTI, 1990, p.05).

As reflexões aqui realizadas também permitem pensar o MPC como um “lugar de memória”, compreendido a partir da clássica definição de Pierre Nora: “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais”. (1993, p.13). Partindo desse argumento, compreende-se que a sobrevivência do MPC, mesmo sem ter conseguido atingir seu objetivo principal, o celibato opcional, diz respeito a manter ou não um “lugar de memória” capaz de aglutinar em torno de si um grupo que se reconhece filiado a um passado comum. Assim como a um projeto futuro partilhado, como o presente no discurso do atual líder do MPC Brasília (2007), José Moura.

Senti um declínio assim que entrei, mas logo depois senti uma nova retomada do movimento. As discussões continuam, os Encontros Nacionais continuam, novas pessoas estão entrando, novas reflexões sendo feitas, e estamos procurando pensar em como atrair novas pessoas, etc. E o futuro é difícil prever, mas acredito que com o número de sacerdotes que continuam a sair segundo as estatísticas últimas o movimento não vai acabar. A importância histórica do movimento sempre vai existir como um espaço aberto de acolhimento, ajuda e amizade para todos aqueles que saíram e para aqueles que querem sair. O MPC surgiu como movimento de pressão para provocar, antes de mais, uma mudança na condição do padre na Igreja. Os resultados não são muito visíveis. Mas, sem o movimento, os padres casados seriam esquecidos e ninguém se questionaria sobre o possível drama do padre celibatário. (Entrevista, Brasília, 24/08/2007)

Posturas como essas acenam para a necessidade de entender o MPC em diálogo com o contexto da pós-modernidade, como a expressão de um grupo imbuído de ideais, vivências e problemáticas comuns que ultrapassam as questões formais e políticas para

representar anseios, temores e esperanças cotidianas. Não mais um grupo de egressos que deseja necessariamente voltar ao ministério e se submeter aos padrões da ortodoxia eclesiástica, mas uma comunidade de “padres” que deseja partilhar a experiência comum do sacerdócio e do casamento. Neste sentido, a tomada de depoimentos foi fundamental por revelar desejos e preocupações que geralmente não são expressas nos textos escritos, pois

A história oral tem o grande mérito de permitir que os fenômenos subjetivos se tornem inteligíveis – isto é, que se reconheça, neles, um estatuto tão concreto e capaz de incidir sobre a realidade quanto qualquer outro fato (ALBERTI, 2004, p.09).

Formado por padres que “largaram a batina” para se casar e localizado no maior país católico do mundo, o MPC brasileiro é um movimento sem precedentes na História da Igreja, pois foi um dos grupos pioneiros a lutar de forma organizada contra o modelo de sacerdote distante da realidade social, superior e assexuado, estabelecido pelo Concílio de Trento. Além disso, o surgimento do MPC refletiu a crise de identidade que assolou o clero brasileiro nos anos 1960 e 1970.

A pesquisa em História Oral permitiu compreender melhor como o MPC foi gestado pela confluência entre identidades múltiplas e objetivos de vidas comuns gestados entre o lar e o altar. Esmiuçar a experiência desses maridos-sacerdotes através das entrevistas e questionários foi imprescindível para narrar à história de um movimento inédita nos meios acadêmicos.

Referências Bibliográficas:

ALBERTI, Verena. *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 1990.

_____. *Ouvir e contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BOLTON, Brenda. *A reforma na Idade Média (século XII)*. Lisboa: 70, 1986.

BOURDIEU, Pierre. A linguagem autorizada: as condições sociais da eficácia do discurso ritual. In: _____. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1998.

Concílio Tridentino em latim e português. Rio de Janeiro: Livraria de Antônio Gonçalves Guimarães e Companhia, 1874.

I Congresso Latino Americano de Padres Casados: proposições aprovadas. In: *Revista de Cultura Vozes*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, vol 84, n. 4, julho/agosto de 1990.

ELIAS, Nobert e SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Encíclica Sacerdotalis Caelibatus. Disponível em: www.vatican.va/.../hf_p-vi_enc_24061967_sacerdotalis_po.html. Acessado em 21/7/2007.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. pp. 103-133.

MAFFESOLI, Michel. *Dinâmica da violência*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais:Vértice, 1987.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992.

MOTT, Luis. Padres casados vítimas da Inquisição. In: *Revista de Cultura Rumos*. Brasília: Ed. SER, Vol 2 (2): 1991.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. In: *Revista Projeto História*. PUC-SP, São Paulo, n.10, 1993.

RIBEIRO, Jorge Ponciano (org). *Padres Casados: depoimentos e pesquisa*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

WALTER, Georges; WEITLAVFF, Maurice. *Padres casados*. Rio de Janeiro: Expressão & Cultura, 1970.

SILVA, Nonato. *Filhos da Batina*. Brasília: Ser, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis:Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. *Casamento, amor e desejo no Ocidente cristão*. São Paulo: Ática, 1986.

Entrevistas:

Armando Holicheski. Entrevista 30/5/2007. Garapuava-PR (on-line)

Francisco Salastiel de Alencar Barbosa. Entrevista 23/8/2007. Brasília - DF

Felisberto de Almeida. Entrevista 15/08/2007. Brasília-DF

João Basílio Schimitt. Entrevista 16/08/2007. Brasília - DF

Jorge Ponciano Ribeiro. Entrevista 8/8/2007. Brasília - DF

José Moura de Araújo. Entrevista 24/08/2007. Brasília - DF

Luis Guerreiro Pinto Cascais. Entrevista 2/9/2007. Brasília - DF

Raimundo Nonato. Entrevista 17/08/2007. Brasília - DF